

## REGISTRO DE REUNIÃO

### Reunião do Comitê Temático de **Racionalização Legal e Burocrática** CT01

#### COORDENADORES:

Coordenador Privado - Hélio Rodrigues / MONAMPE

Coordenador Público - Henrique Reichert / Ministério da Economia

#### LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
13/06/2022	10h às 12h	Reunião Realizada, por Videoconferência - Microsoft Teams

### ITEM 1 - ABERTURA

O Sr. Henrique e o Sr. Hélio deram as boas-vindas e desejaram uma boa reunião a todos.

### ITEM 2 – PAUTA

#### - Retorno sobre a dificuldade de operacionalização do Inova Simples

O Sr. Henrique apontou que o CGSN ainda não conseguiu realizar a análise técnica da NJ 234-8 – Empresas Simples de Inovação, que operacionaliza o Inova Simples.

O Sr. Rodrigo comentou que as empresas que já se cadastraram como Inova Simples estão tendo muitas dificuldades operacionais, e que isto é um assunto de caráter urgente em função da dificuldade de tributação.

O Sr. Henrique sugeriu como encaminhamento do Fórum Permanente o envio da lista de dificuldades encontradas pelos contadores a fim de pressionar a realização da análise técnica por parte do CGSN.

#### - Retorno sobre a política de Fomento Nacional

O Sr. Henrique comentou que não houve tramitação da política de fomento nacional internamente no Ministério da Economia e que o Fórum Permanente necessita de um apoio do órgão propositivo na explicação do objetivo da política. Desta forma, sugeriu que o Fórum permaneça aberto para tratar desta temática novamente caso provocado pela entidade que propôs a discussão do item.

O Sr. Antonio Everton comentou da dificuldade de análise da proposta no âmbito do Fórum Permanente, o que requer um apoio do BNDES e dos autores do projeto para que a o Fórum possa entender de fato o objetivo da política.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

O Sr. Henrique propôs como encaminhamento enviar novamente um e-mail para a ABDE e BNDES para buscar uma nova agenda de apresentação da entidade sobre a Política Nacional de Fomento. Também foi solicitado o envio da proposta de Política Nacional de Fomento dentro do Fórum Permanente.

O Sr. Ercílio comentou da importância de comunicar com o BNDES para checar a disponibilidade deles de resgatarm esta temática dentro do Fórum Permanente.

O Sr. Sergio Miletto expressou que há muito interesse da ALAMPYME na discussão desta Política de Fomento.

**- Retorno sobre o Estudo do Custo Brasil**

O Sr. Henrique comentou que foi compartilhado com todos o estudo do Custo Brasil, compartilhado no encaminhamento da última reunião. Destacou que o custo Brasil foi estimado em R\$ 1,5 trilhão e em 22% do PIB.

O Sr. Pedro Gilmar Fank reforçou a necessidade de adotar políticas e iniciativas de melhoria do ambiente de negócios.

O Sr. Antonio Everton comentou que o estudo reflete a dificuldade de o país melhorar suas instituições e promover um quadro de promoção do empreendedorismo e desenvolvimento da economia brasileira. A reprodução dos problemas ainda repete vários erros do passado, e nossa busca de melhorias ainda é lenta.

O Sr. Sergio Miletto também reforçou as necessidades de promoção do desenvolvimento econômico a partir de uma estratégia nacional.

Ficou definido que será solicitada à SEAE uma apresentação do estudo do Custo Brasil e das iniciativas de melhoria do ambiente de negócios.

**- Atualização da Lei 123: encaminhamentos e discussões**

O Sr. Henrique fez um resgate da construção da proposta de atualização da Lei 123 e solicitou que os membros do CT1 comentem os possíveis encaminhamentos para dar seguimento a questão.

O Sr. Ercílio comentou que seria importante revisar a proposta de atualização conforme já estava desenhado e buscar encaminhar ela para discussão no Congresso.

O Sr. Mario Doria retornou a discussão do Custo Brasil, e perguntou se haveria alguma possibilidade de o Fórum emitir um ofício com todas as solicitações urgentes em prol das Micro e Pequenas Empresas.

O Sr. Henrique comentou que é interessante ter esta lista de demandas do Fórum Permanente para desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.

O Sr. Sergio Miletto propôs uma reunião presencial com Deputados e Senadores para apresentar as propostas do Fórum Permanente. Ficou combinado que os membros do CT1 encaminharão o convite da Reunião Plenária do Fórum Permanente para os deputados participarem e ouvirem as demandas da Micro e Pequena Empresa.

**ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- A Sec. Técnica vai enviar para o CGSN a lista de dificuldades relacionadas ao Inova Simples;

- A Sec. Técnica vai encaminhar a Proposta de Política Nacional de Fomento;

- A Sec. Técnica vai entrar em contato com a ABDE e BNDES para resgatar a temática da Política Nacional de Fomento dentro do Fórum;

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

- A Sec. Técnica vai entrar em contato com a SEAE para apresentação do estudo do Custo Brasil no CT1;
- A Sec. Técnica vai encaminhar a última versão da proposta de atualização da Lei 123;
- A CONAMPE fará a revisão da última versão da proposta de atualização da Lei 123 e fará o encaminhamento da proposta às lideranças da Câmara dos Deputados e Senado para discussão do texto.

## REGISTRO DE REUNIÃO

### Reunião do Comitê Temático de Acesso a Mercados CT02

#### COORDENADORES:

Coordenadores Privados – Ronnie Pimentel / CNI  
Felipe Spaniol / CNI

Coordenador Público - Pedro Amaral / Ministério da Economia

#### LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
13/06/2022	15h às 17h	Reunião Realizada, por Videoconferência - Microsoft Teams

#### ITEM 1 - ABERTURA

O Sr Pedro iniciou a reunião do CT2 pedindo para os participantes se apresentarem. Cada membro se apresentou dizendo o nome e respectivos órgão e local de origem.

#### ITEM 2 – PAUTA

Depois da apresentação, o Sr Pedro ressaltou a importância do CT2 para as micro e pequenas empresas, o acesso a mercados, as atividades e políticas públicas para serem desenvolvidas em prol da internacionalização das MPEs. Informou sobre os pontos de reflexões, as apresentações do CADE e da SECEX que ocorreriam na apresentação.

O Sr Pedro apresentou aos participantes a iniciativa junto com a ENAP de um prêmio para internacionalização das MPEs que tenham conseguido se destacar com boas práticas, soluções e iniciativas para superar dificuldades e gargalos para acesso a mercados externos. Informou que provavelmente até julho deverá ser lançado o edital. Ressaltou a importância para se disseminar conhecimento para outras MPEs.

O Sr Antônio colocou que os gargalos já são conhecidos e sugeriu que o programa tenha ênfase no crescimento das MPEs e na busca da superação dos problemas com utilização de políticas públicas. O Sr Pedro explicou que o objetivo seria identificar ideias inovadoras e boas práticas para se desenvolver novas políticas ou atrelá-las a políticas existentes.

O Sr. Alexandre pontuou a pouca ênfase atualmente existente nas soluções dos gargalos e que o foco não deveria ser apenas na identificação das dificuldades para o comércio exterior. Informou a importância dos desafios de aspectos práticos que são enfrentados pelas MPEs. Para ele um dos principais gargalos é o custo da exportação que dificulta o

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

desenvolvimento do setor. O Sr Pedro concordou com a importância do financiamento das MPEs na solução dos gargalos e informou que os pontos mais críticos ou de resolução mais efetiva serão priorizados no projeto.

A Sra Adriana complementou citando o programa de contato direto com as empresas que foi desenvolvido no Estado do Paraná. Colocou que as dificuldades nas exportações vão além da mera disponibilização de informação e de capacitações de pequenos empresários. O desafio seria muito maior e exige uma ação mais efetiva.

O Sr Ronnie colocou que políticas públicas deveriam ser vinculadas às soluções criativas do prêmio para que ele se torne mais efetivo. O Sr Pedro concordou e informou que as ações serão nesse sentido.

O Sr Sergio comentou sobre o gargalo das embalagens. Questionou também se o microempreendedor teria sempre o interesse na exportação, já que a necessidade de divisas pode ser muito mais do governo e não do empreendedor. Sugeriu o debate sobre o assunto. O Sr Pedro colocou que o governo federal deve apoiar aqueles que desejam exportar, mas não seria uma obrigação dos empresários. O Sr André, do Banco Santander, citou o programa do banco que possui várias ferramentas para acesso ao mercado para MPEs e MEI. Citou experiência do banco com outros países.

Seguindo para o próximo item do fórum, o Sr Pedro passou a palavra para a representante do CADE, Lenisa. Ela informou que o órgão sempre analisa os contextos levando em conta os diferentes portes das empresas. Ato de concentração agora é feito previamente pelo SuperCade. Assim é filtrado um possível abuso de mercado em desfavor dos menores. Mostrou que o papel do CADE é evitar que grandes empresas tornem o mercado inacessível para pequenas empresas, citando o exemplo do Google, que excluía MPEs de formas indireta. Mostrou que a forma online de fazer negócios está mudando a realidade do mercado das MPEs, pois os custos dos integrantes físicos do segmento devem ser parametrizados para que não haja dominância do mercado das grandes empresas e empresas virtuais. Informou que o CADE está à disposição para receber informações de abuso que os membros do fórum tenham conhecimento. O Sr Sérgio colocou a necessidade das MPEs de se associarem para poder concorrer com as grandes empresas, o que não poderia ser enquadrado como monopólios ou oligopólios para poderem ganhar uma concorrência. A Sra Lenisa informou que o CADE está sensível à essa realidade, mas citou caso em que foi identificada má fé de micro e pequenos que participaram de alguns certames. O Sr Ronnie perguntou à representante do CADE sobre as tarifas portuárias. Explicou que o contexto atual prejudica a concorrência de forma geral. A Sr Lenisa explicou que não considera que toda tarifa é anticoncorrencial ou inevitável. Citou exemplo que existem serviços executados de forma diferenciada e haveria, portanto, necessidade da taxa cobrada, além das taxas cobradas por outros segmentos da economia. O Sr Ronnie colocou que a criação sem controle de novas tarifas é que seria prejudicial ao mercado. O Sr Alexandre colocou a situação da falta de transparência e sobretaxa que existe no contexto das tarifas portuárias.

O Sr Pedro agradeceu a participação do CADE, que se prontificou a voltar sempre que for convidada. Foi passada a palavra à Sra Thais Salem da SECEX, que tratou sobre barreiras comerciais e acesso a mercado.

A Sra Thais iniciou sua apresentação explicando os objetivos do programa Sem Barreiras, que pode ser acessado pelo [sítio gov.br](http://sítio.gov.br), e que existe para auxiliar os exportadores com a identificação e gestão coordenada contra barreiras tarifárias e não tarifárias. Explicou que as barreiras podem ser maquiadas de diversas formas, por exemplo, certificações, legislações, etc. Por isso, ela justificou a atuação do governo federal no combate de barreiras, medidas tomadas por governos estrangeiros que podem ou não estar de acordo com regras internacionais. Apontou os tipos de medidas que podem ser reportadas no Sem Barreiras. Depois, mostrou a necessidade que gerou a criação do programa e como é realizada a atuação governamental, bem como a forma de utilização do sistema.

Por fim, o Sr Pedro comentou da importância do Grupo de Trabalho criado para produção de duas cartilhas sobre tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas nas licitações públicas a serem disponibilizadas aos agentes licitadores locais e aos empresários.

O Sr Pedro agradeceu a participação dos participantes e encerrou a reunião.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

### **ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- Iniciar os trabalhos do GT para produção de cartilhas sobre licitações - participantes do GT
- Análise de moção para apoio à participação dos optantes pelo Simples Nacional às modalidades de Drawback – CNI
- Consulta jurídica sobre atuação do Fórum Permanente sobre item específico da nova lei de licitações - CNI

## REGISTRO DE REUNIÃO

### Reunião do Comitê Temático de **Tecnologia e Inovação** CT03

#### COORDENADORES:

Coordenadora Privada – Içara Bajadares / CONAJE

Coordenador Público - Maycon Stahelin / Ministério da Economia

#### LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
1º/07/2022	15h às 17h	Reunião Realizada, por Videoconferência - Microsoft Teams

### ITEM 1 - ABERTURA

A coordenadora privada Içara Bajadares iniciou a reunião, afirmou que a pauta estaria enxuta e cedeu a palavra a Edmilson Dias Pereira, que substituiu Maycon Stahelin, como coordenador público. Ambos se desculparam pelo adiamento da reunião que estava programada para acontecer em 14/06/2022.

Henrique Reichert cumprimentou a todos e agradeceu a presença dos participantes.

### ITEM 2 – PAUTA

#### - Lei do Bem

A Sra. Içara afirmou que esta primeira pauta traria atualizações sobre a Lei do Bem, o qual prevê incentivos fiscais para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas. Lembrou que a CONAJE propôs a discussão desta Lei no âmbito do CT3, propondo dispositivo que permitisse a inclusão de empresas do Lucro Presumido e posteriormente, as empresas do Simples Nacional.

Convidou o coordenador público a falar sobre a moção de apoio enviada à Câmara dos Deputados. Lembrou que Edmilson coordenou a primeira etapa desse projeto trazendo a construção do texto para as empresas de lucro presumido.

Continuou informando que o ofício da Moção tinha as numerações 002 e 003 e que até o momento da Plenária do FPMPE, catorze entidades haviam assinado e apoiado o documento. Porém, no decorrer da citada reunião alguns representantes das entidades que estavam presentes relataram que haviam enviado os logotipos, mas não tinham sido citados na apresentação que esta compartilhou, dentre elas ASBRAE, SEBRAE, COMICRO. Esclareceu que entrou em contato com o Sr. Henrique para entender o que havia acontecido, e foi

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

explicado que a reconfiguração pela qual passou a Secretaria Técnica do Fórum fez com que algumas demandas e funções fossem redirecionadas e se perdessem as confirmações de algumas entidades.

O Senhor Henrique complementou esclarecendo que houve duas situações: um erro humano na organização de pastas e outro técnico em que alguns e-mails passam por bloqueios de segurança, e como não são identificados, documentos importantes passam despercebidos. Ainda, afirmou que o documento seria enviado via SIMPE à Câmara dos Deputados, o que podia retardar um pouco, porém, daria maior força ao pedido.

Até o momento trinta e três entidades manifestaram seu apoio à moção. Porém, ainda falta uma última atualização porque outras entidades do Paraná, por meio do Senhor Mário Doria, haviam enviado seu apoio horas antes do início desta reunião.

O coordenador público substituto Edmilson lembrou a importância do incentivo fiscal para ampliar o número de empresas que inovam e para a economia em geral, e instou as entidades a também entrarem em contato com o gabinete do Deputado diretamente envolvido, Vitor Lippi, para mostrar o empenho na inclusão das empresas na “Lei do Bem”.

O Senhor Antônio Everton cumprimentou os coordenadores e reforçou o pedido do Edmilson quanto à participação das entidades *a posteriori* da ação do Fórum. Defendeu a importância da atuação de forma conjunta (do Fórum) e isolada das entidades para pressionar a que os objetivos possam ser alcançados. Solicitou, ainda, que a Secretaria do Fórum envie às entidades a comunicação do protocolo dos pedidos (“disparo” de e-mail avisando a entrega da moção de apoio e pedido de reforço da atuação individual das entidades).

A Sra. Içara lembrou que um dos papéis no CT3, além de propor programas, projetos e iniciativas que permitam investimento voltados à inovação e tecnologia, é também monitorar e acompanhar o que já existe e funciona, e perceber como estender às MPEs para que estas possam também usufruir, porque muito do que existe ainda não é acessado por elas. Reforçou a importância da atuação conjunta do Fórum e da presença individual das entidades nas solicitações feitas em nome desta instância.

O Senhor Delgado mencionou que esteve com o deputado Vitor Lippi para relatar a importância do acréscimo, revisão na Lei do Bem.

#### **- LGPD para MPEs**

A coordenadora privada iniciou esta pauta recordando o histórico: que o trabalho foi iniciado quando aprovada a lei no final de 2020, que foi feita construção conjunta de texto provisório com a CNI e texto definitivo capitaneado pelo Sebrae Nacional e UNIS ADVOCACIA, que compilou as contribuições de mais de 20 entidades do Comitê. Já no início de 2021 foi enviado Ofício e houve participação na consulta técnica, e na consulta pública. Em janeiro de 2022 a LGPD publicou a normativa, por meio da Res. 02/2022.

O SEBRAE realizou o comparativo entre a normativa aprovada com os subsídios que foram enviados no ofício do FPMPE. Os dispositivos não contemplados foram apresentados pelos representantes do SEBRAE e UNIS ao CT3 na última reunião para verificar a possibilidade de prosseguir com o debate e adequação dos dispositivos não contemplados.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Foi enviado e-mail em 9 de maio (em compilado geral), porém será enviado formulário com o assunto específico da LGPD solicitando o retorno das entidades, favorável ou não, com a atual LGPD para MPEs, por meio da ferramenta *Google Forms*.

O Senhor Henrique defendeu o uso de novas ferramentas, no caso *Google Forms*, para apurar o retorno das entidades em relação às demandas realizadas pelo CT3, para dar maior agilidade e transparência.

Içara sugeriu inserir item para que a entidade que fosse preencher o formulário autorizasse a utilização das informações pelo CT3, bem como o entendimento delas quanto às informações solicitadas.

O Senhor Paulo lembrou de outra ferramenta que o Fórum já utiliza- o *trello*- e sugeriu continuar a utilizá-lo em conjunto com outros Comitês. Todos os trabalhos poderiam ficar depositados lá.

Henrique advertiu que o “de acordo” é um controle que fica mais fácil com os formulários. Como todos os comitês têm grande quantidade de documentos é bom ter uma “saída” para canalizar melhor as informações. Pensou-se em grupo unidirecional do *whatsapp*.

O Senhor Paulo afirmou que o formulário poderia ficar centralizado no *trello*, não como substituto.

O Senhor Henrique sugeriu fazer uma pesquisa sobre a melhor ferramenta para o Comitê e de forma mais ampla, qual a melhor forma de comunicação entre os Comitês do Fórum, ouvir sugestões de pontos de melhoria.

O Senhor Elias Sfeir foi convidado pela coordenadora privada a integrar o Grupo de Trabalho de Protocolo de Comunicação do FPMPE.

### **- GT Indicadores de Inovação**

Segundo a coordenadora provada, a ideia desta pauta é fazer um compilado para compartilhamento com o FPMPE dos principais indicadores de inovação ligados ao empreendedorismo. A proposta é dar início ao grupo de trabalho, e sua composição. Içara convidou todas as entidades participantes a contribuir alimentando essas informações. A manifestação poderia ser via *chat* ou e-mail (caso precisem consultar internamente). Sobre as informações, indicadores, caso a entidade tenha um departamento de P&D bem estruturado, poderiam compartilhar as informações do que elas efetivamente já realizam com o GT, para que por meio da Secretaria Técnica fosse posteriormente compartilhado.

O Senhor Elias mencionou uma métrica utilizada por uma multinacional denominada NPI (*New Product Innovation*), mas esta medida é realizada por porcentagem de receita, considerando que inovação por si mesma sem impacto econômico, não tem utilidade social, ao menos diretamente, pode sim ter intelectualmente. Comprometeu-se a levantar a estrutura que existia nessa companhia.

A coordenadora pediu apoio para o envio de Ofício-convite para as entidades que trabalham com P&D, como IPEA, SEBRAE, SOFITEX, Ciatech, ABStartups, Endeavour, Inmetro e MCTI para trabalharem no Grupo de Trabalho.

Ainda, informou que será enviado Ofício-convite ao MCTI para compor o CT3, considerando que o próprio ministro Paulo Alvin manifestou interesse em indicar representantes de sua pasta.

O Senhor Elias informou que nos primeiros dias de agosto haverá evento por motivo da comemoração dos 3 anos do Cadastro Positivo. O programa tem 140 milhões de registros, inclusão financeira de pessoas físicas e jurídicas e atualmente o Banco Mundial estuda o modelo como inovação, e já é referência mundial para a oferta de crédito a pessoas de baixa renda.

O Senhor Carlos Magno informou que o MCTI tem em sua estrutura uma Secretaria de Empreendedorismo e Inovação- SEMPI, com várias atribuições afins, e sugeriu que alguém dessa secretaria poderia chegar a compor o CT3.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Compartilhou também o contato: Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI, <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/secretaria-de-empreendedorismo-e-inovacao>

Finalizando a reunião, a coordenadora destacou a importância da colaboração das entidades e do Comitê.

O Senhor Edmilson agradeceu a todos, a condução da lçara e trabalho da Secretaria Técnica, com Henrique Reichert.

Henrique Reichert finalizou lembrando que o link da pesquisa sobre a comunicação seria enviado na semana seguinte e agradeceu a participação e contribuição de todos.

### **ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- A Secretaria Técnica do Fórum deve avisar as entidades signatárias da Moção de Apoio da “Lei do Bem” quando esta for protocolada na Câmara dos Deputados.
- Enviar Pesquisa sobre a melhor ferramenta tecnológica a ser utilizada para organizar o retorno e/ou informações das entidades do CT3, quando solicitadas.

**PARTICIPANTES**

Alfredo José Ferreira Dias

Maria do Carmo Oliveira Garcia

Raquel Beatriz Almeida de

Rosalía Pessoa- Ministério da Economia/ME

Mateus Lima Dornelas

Antonio Everton- CONAMPE

Flavia Forte- CACB

Carlos Magno Bittencourt- CONAMPE

Debora Franceschini Mazzei

Edmilson Dias Pereira- Ministério da Economia/ME

Eveline- INMETRO

Hélio Donin Jr

Henrique Reichert- Ministério da Economia/ME

Içara bajadares- CONAJE

Ana Carolina Pinto- INMETRO

Jaqueline Caetano Ribeiro- Ministério da Economia/ME

João Delgado- ABIMAQ

José Antonio Ramalho

Mateus Lima Dornelas

Michelle Boaventura Pacheco

Paulo Freitas- FOPEME

Elias Sfeir

Adriana Cordeiro

Arnaldo Correia da Silva Filho

Ercílio Santinoni

## REGISTRO DE REUNIÃO

<b>Reunião do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito</b>
<b>CT04</b>
<b>COORDENADORES:</b>
Coordenador Privado - José Tarcísio / COMICRO
Coordenador Público - Marco Aurélio / Ministério da Economia
<b>LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)</b>

DATA	HORÁRIO	LOCAL
06/07/2022	15h às 17h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams

### ITEM 1 - ABERTURA

Abertura realizada pelo Coordenador de Governo do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito, Sr. Marco Aurélio Mota Loureiro, representante da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato do Ministério da Economia, o qual iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes. A reunião contou também com a presença do Coordenador Privado do Comitê Temático de Investimento, Financiamento e Crédito, Sr. José Tarcísio da Silva, Presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-COMICRO, que cumprimentou a todos os participantes.

### TEM 2 – PAUTA

O Sr. Marco Aurélio disse que a reunião, seria para retomar os pontos referentes as medidas de crédito, pauta de agendas propositivas que gerem entregas.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Informou também que, foram realizadas algumas provocações acerca de temas que caberia ações do governo, no sentido de regulamentação de Lei e de incentivo ao fomento.

Foi citado sobre a orientação de Crédito Assistido, bem como a proposta do Ministério da Economia de incremento a garantias no sentido de realizar a passagem dos programas emergências para o sistema nacional de garantia, estruturado em bases mais sólidas e a regulamentação da Lei complementar 123 no art. 46 que fala, sobre emitir cédula de crédito para o micro e pequeno empreendedor, proposta pela FOPEME.

A Sra. Eneila esclareceu que a proposta elaborada pela FOPEME, foi sobre fundo garantidor para micro e pequenas empresas e que estar em tramitação para ser aprovada, principalmente para as empresas negativadas.

Logo após, o Sr. Marco Aurélio, passou a palavra para o Sr. José Ramalho, sugerindo a ele compor um grupo pequeno de pessoas, para identificar os pontos de atuação e colocar em prática, as propostas do Crédito Orientado, para posteriormente, levá-las até a reunião do CT4 para serem debatidas.

Grupo de pessoas reunidas para o desdobramento sobre a proposta do crédito orientado serão: (Amberson Bezerra da Silva; Jose Antonio Ramalho; Jose Tarcísio; Maria Eneila; Sérgio Miletto; Marco Aurelio; Hamilton de Brito Jr.)

O Sr. José Ramalho, explicou sobre a proposta do crédito orientado e os seus desafios, destacando que para o sucesso do crédito orientado é imprescindível conhecer o perfil do público-alvo, utilizando-se de uma linguagem e metodologia simplificada na comunicação com este.

O crédito orientado é um grande desafio, mas que traz resultados impressionantes se for bem implementado.

O Sr. José Tarcísio, em resposta a explicação sobre o crédito assistido, expõe que é uma ótima proposta pra ser debatida e colocada em prática.

Sr. Marco Aurélio, falou sobre o Sistema Nacional de Garantia de Crédito, e sua inter-relação com o crédito assistido, citou também sobre os desafios de buscar uma melhoria na garantia com base no faturamento, dinâmica adotada para o Pronampe, como a assistência pode ser prestada de forma eficaz para diferentes níveis de faturamento, e questionou quais seriam os próximos passos.

Ressaltou ainda, a questão da preparação das micro e pequenas empresas para adequação mais refinada à LGPD, de forma que essa mesma sistemática possa ser adotada para o acesso ao crédito.

O Sr. José Ramalho, enfatizou que o próximo passo é inventariar as experiências de sucesso, com vistas a adoção de ações estratégicas para a criação de políticas

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

públicas. Destacou a importância da formação do grupo de trabalho, para realizar um mapeamento das boas iniciativas, de capacitação e formação de consultores, realizando uma análise crítica do que gera resultado.

A Sra. Eneila, explicou sobre sua experiência positiva com o crédito orientado e enfatizou a importância desta proposta. Ressaltou a questão relevante é o MEI, que precisa ter uma atenção maior, devido o valor dos empréstimos ser muito baixo e a maioria é destinada a capital de giro, cerca de 80%, e não para investimento.

Nesse sentido, as políticas públicas que tratam desse tema precisam considerar as características do público-alvo do MEI.

O Sr. Hamilton, informou que, as Empresas Simples de Crédito - ESC's, tem grande proximidade com o mercado de crédito, sendo que os sindicatos e associações das ESC's realizam cursos semanais de capacitação neste ramo, que poderia ser desenvolvido um treinamento para formação de consultores especializados para intermediação do crédito orientado.

Para tanto é necessário, superar os entraves legais para que as ESC's possam atuar nesse mercado, uma vez que as ESC's, atualmente, não são correspondentes bancários.

O Sr. Amberson, falou sobre a importância e crédito orientado, e sobre a abundância das fontes de investimento, seja por meio das garantias ou do aval. Enfatizou a importância de fortalecer o pós-crédito, como crédito orientado, seja criando um programa de pré-credito e pós-crédito, bem como criando uma plataforma onde o empresário possa se capacitar.

O Sr. Sérgio Miletto da ALAMPYME, destacou, a experiência da entidade que vem trabalhando com o microcrédito orientado na periferia, com formação de SPE de MEIs. Possuem uma proposta concreta em que o empréstimo parte direto do fundo, sem passar pelo sistema bancário.

Por fim, foi acordado pelo Sr. José Tarcísio, em trazer como pauta para a próxima reunião, a regulamentação das cooperativas de crédito.

### **ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- Formar um grupo, para trazer propostas de ações e medidas referente ao crédito orientado.
- Debater e formular, propostas sobre a regulamentação das Cooperativas de Crédito.

## LISTA DE PRESENÇA

Título da Reunião	CT4 - Investimento, Financiamento e Crédito
Hora de início da reunião	06/07/2022 15:05
Hora de Término da Reunião	06/07/2022 16:55
<b>Nome Completo</b>	
Jaqueline Caetano Ribeiro – ME	
Jose Antonio Ramalho (convidado)	
Camila Carla dos Santos Martins - ME	
Amberson Bezerra da Silva FOPEME/PR (convidado)	
Jose Tarcísio – COMICRO	
Elcio Almeida da Silva - BB (convidado)	
Hamilton de Brito Jr. Presidente SINFAC/ABRAFESC	
Luana dos Santos Rezende Ferreira Farias - Banco Amazônia (convidada)	
Maria Eneila – SEDE	
Paulo Freitas - FOPEME	
Jéssica Priscila S.A do Nascimento (convidado)	
Ângela Skaf - BNDES (convidado)	
Cristina Engels Rodrigues - SINFAC SP (convidado)	
Paulo Freitas – FOPEME	
Tayrone Pereira Silva Flores (convidado)	
Juliana Alvim – BNDES (convidado)	
Roberto Sadao – ME	
Eunice Borges - SDE Bahia (convidado)	
Sérgio Miletto - ALAMPYME (convidado)	
Fabiana Karine Santos de Andrade (convidado)	
Jakcelia Aparecida Teixeira – ME	
Marco Aurélio Mota Loureiro – ME	
Arnaldo Correia da Silva Filho – SEDE (convidado)	

### REGISTRO DE REUNIÃO

<b>Reunião do Comitê Temático de Formação e Capacitação Empreendedora</b> <b>CT05</b>
<b>COORDENADORES:</b> Coordenador Privado - Mauro Leônidas / CFA Coordenador Público - Henrique Reichert / Ministério da Economia
<b>LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)</b>

DATA	HORÁRIO	LOCAL
15/06/2022	10h às 12h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams

### ITEM 1 - ABERTURA

Os coordenadores Mauro Leônidas e Henrique deram as boas-vindas e desejaram a todos uma boa reunião.

### ITEM 2 – PAUTA

O Sr. Mauro Leônidas iniciou uma apresentação sobre o “Programa de Formação, Capacitação, e Multiplicadores de Conhecimentos em MPes”, realizado pelo Conselho Federal de Administração- CFA com a Fundação Instituto de Administração e SEMPE, este último por meio de cooperação técnica. O Projeto foi iniciado em 2015 com a ideia de criar uma rede de administradores para que possam atuar nas MPes.

Demonstrou os resultados do Programa e a meta para 2022, que é capacitar 330 administradores (em MG, PB, PE, PR, RO e TO), totalizando mais de 1000 profissionais, em todos os Estados.

- **Cases de sucesso: empreendedorismo na FAE – Prof. Marinho**

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

A apresentação trata do Empreendedorismo como disciplina introdutória e obrigatória no ensino superior da FAE. A instituição está presente em Campinas e São José dos Pinhais com aproximadamente 4500 alunos na graduação, 1200 em pós-graduação, em 26 cursos de graduação e aproximadamente 50 cursos de pós-graduação presencial.

Os professores destacaram que a disciplina de empreendedorismo é institucional e está presente desde o início do curso, em todos os cursos de graduação há 13 anos.

O Sr. Fernando Schumak, também professor da FAE, apresentou-se e discorreu sobre as características educacionais da instituição, indicando também que as empresas procuram a FAE por seu viés mais voltado ao mercado e empreendedorismo.

O professor Marinho citou a parceria com a Renault, a realização do “*workatona*”, que são desafios reais oferecidos aos alunos. Os problemas/situações de empresas devem ser analisados em 12 horas.

O *Speed FAE*, por sua vez, foi realizado para protótipos de carros com economia de combustível.

Fernando Schumak reforçou a parceria com o mercado, empresas e universidades, o que não é realidade no Brasil.

O programa Expedição FAE, como o *workatona*, traz as necessidades do mercado para que os alunos criem resultados para as empresas. Trabalhou-se com a Hering e Mondelez.

Law Games é uma iniciativa empreendedora do curso de Direito, que permitiu desenvolver o controle das aulas e o simulado de um processo judicial dentro da ferramenta Google. A *expertise* virtual permitiu que as aulas fossem rapidamente retomadas na pandemia por meio digital. Receberam prêmios da Google e OAB/PR.

A pós-graduação tem o curso específico denominado empreendedorismo e inovação digital.

O programa COIL- *collaborative online international learning* é o compartilhamento de atividades empreendedoras e pesquisas entre universidades parceiras ao redor do mundo.

Quanto ao desempenho institucional demonstraram que em São José dos Pinhais o desenvolvimento dos alunos é superior considerando que estes são majoritariamente provenientes de escolas públicas, em comparação com Curitiba, cujos alunos são egressos de escolas particulares.

Por fim, houve o depoimento de um ex-aluno da instituição quanto ao desempenho profissional e realização pessoal.

O Senhor Henrique destacou que na FAE, como a disciplina de empreendedorismo é institucional e está presente desde o início do curso, o aluno tem a oportunidade de

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

desenvolver um olhar empreendedor, e buscar soluções a questões da sociedade a diferença de outras instituições em que a disciplina é ofertada com conceitos mais básicos.

- **ESG: Ações e iniciativas do Sebrae – Renato Perlingeiro**

O coordenador público apresentou a pauta, ESG, lembrando que é, a médio e longo prazo, importante para as MPes para atrair recursos, para estar preparado para o mercado internacional. Como o SEBRAE já vem desenvolvendo algumas iniciativas, o Senhor Renato foi convidado para falar sobre as ações que estão sendo tratadas e como o Fórum pode apoiar, seja na divulgação, seja na discussão.

O Senhor Renato afirmou que no SEBRAE é coordenador do **Conexões Corporativas**, agenda de relacionamento do SEBRAE com grandes empresas, com o desafio de melhorar o desempenho dos pequenos negócios, em diversos temas. Lembrou que o ESG conecta três pilares: competitividade, inovação e sustentabilidade.

No relacionamento com grandes empresas o SEBRAE atua com projetos de **encadeamento produtivo**, em agenda de desenvolvimento de **inovação aberta, modelagem, conexão digital e encadeamento**, que é o foro de governança.

Quanto aos resultados: para cada real investido 28 reais são gerados, as empresas obtêm 60% de competitividade, 112% de produtividade, 200% de faturamento bruto, redução do grau de dependência de seu maior cliente em 11%, e 54% de redução de não conformidade.

ESG é uma agenda muito abrangente. O mapa apresentado é um exercício para ver como o ESG pode gerar oportunidades na cadeia de valor. Quando uma grande empresa se posiciona na agenda da ESG e considera a dimensão da governança, considera os elementos éticos, transparência, *compliance*, além disso a eficiência operacional, que atores podem ajudar em inovação e desenvolvimento tecnológico.

A dimensão social considera o bem-estar, saúde e segurança do trabalho, desenvolvimento humano dos líderes e colaboradores da pequena empresa, diversidade, novas gerações (atrair e reter talentos). Um dos caminhos é o propósito, quando uma pequena empresa é aberta, colaborativa, inclusiva, criativa, são as que tem condições de crescer. Já uma grande empresa tem grande chance de desenvolvimento local, em que se prioriza o fornecedor local, custo logístico melhor.

A questão ambiental é o cuidado com o meio ambiente, melhor aproveitamento dos recursos, menos desperdício, menos resíduo, atenção as oportunidades da economia circular etc.

O SEBRAE tem polo de referência dedicado à produção de conteúdo para a pequena empresa e conta com aproximadamente 500 conteúdos relacionados ao ESG, em vários formatos.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

As soluções estão relacionadas a cada um dos ODS do Pacto Global. Os ODS lastreiam a agenda do ESG.

O SEBRAE também tem desenvolvido Termos de Referência em sustentabilidade com a construção civil, setor de beleza, moda.

Por fim, indicou que se tem desmistificado a noção de que ESG é complexo, mas sim é uma oportunidade de tornar a empresa mais eficiente, competitiva, produtiva e conectada com a agenda do futuro.

O Coordenador público sugeriu que os trabalhos já produzidos pelo SEBRAE fossem compartilhados no Fórum e o Senhor Mauro sugeriu convidar algumas empresas (supermercados) que trabalham no Pará com logística reversa.

O Senhor Miletto, da Alampyme, observou que o tema ESG é transversal e poderia ser “alavancado” se trabalhado com o Comitê de Acesso a Mercado- CT2, no item da compra pública e no item da exportação porque uma vez certificada a empresa terá mais facilidade para exportar. Afirmou que alguns fornecedores têm muita dificuldade de acesso a crédito apesar de serem certificados, por isso a importância de as compras públicas considerarem os critérios ESG. Também seria importante uma cartilha para o licitador.

O Sr. Renato prometeu endereçar essa sugestão para a área de políticas públicas, no SEBRAE.

O representante da Conampe afirmou que a instituição faz parte de um Comitê de assuntos especiais da ABNT voltado para as MPes.

- **Programa de Desenvolvimento da Indústria de Moda**

O Senhor Edmundo, da Associação Brasileira do Varejo Têxtil, agradeceu a oportunidade de apresentar um *case* de sucesso, de boas práticas na agenda de ESG, fundamental, segundo suas palavras, no segmento da moda, e na economia como um todo.

O segmento de moda é fortemente impactado pela sustentabilidade, bastante cobrada pela sociedade, é o segundo segmento que mais impacta a sustentabilidade mundial.

A apresentação trata de uma iniciativa que trabalha na inserção de micro e pequenos fornecedores na cadeia produtiva.

Iniciou sua fala esclarecendo que a ABVTEX reúne empresas que comercializam artigos de vestuário, calçados, acessórios e artigos de cama, mesa e banho, e que faria um recorta para tratar do segmento de vestuário.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Brasil tem a quinta maior cadeia produtiva de moda do mundo, é longa, complexa e majoritariamente composta por micro e pequenas empresas, principalmente na indústria de transformação.

As regiões Sul e Sudeste concentram 77% da produção, 97% de todo o vestuário que se consome são produzidos por MPEs, o mercado é abastecido por 85% por produção nacional, mão de obra é intensiva, predominantemente de mulheres.

Em 2021 foram produzidas mais de 4,9 bilhões de peças/ano para um mercado que consome aproximadamente 6 bilhões de peças.

Foram apresentados os desafios da cadeia fornecedora:

- o baixa produtividade na operação,
- o qualidade limitada,
- o baixo nível tecnológico,
- o gestão deficiente (planejamento financeiro, controle de custos, gestão de pessoas (qualificação da mão de obra e retenção), processos de produção, custos de logística e dificuldade de gerir subcontratados)
- o dificuldades para cumprir legislação trabalhista e fiscal
- o fraco desempenho financeiro

Assim, pensando em fornecimento sustentável na moda a entidade desenvolveu, junto com seus associados, um programa de monitoramento, fomento e desenvolvimento da cadeia produtiva para inserção na agenda de sustentabilidade, principalmente nas questões sociais e ambientais.

Mencionou que o programa converge com os ODS em alguns tópicos como o ODS 8, combate ao trabalho análogo à escravidão, assim como uma indústria com infraestrutura mais responsável. É um esforço coletivo, colaborativo dos varejistas associados para promover o desenvolvimento dessa cadeia produtiva de forma mais sustentável, visando assegurar responsabilidade socioambiental e boas condições de trabalho. Criado em 2010, é um protocolo de auditoria, desenvolve várias questões relacionadas à formalização das empresas, requisitos de questões sociais, condições de trabalho, saúde, segurança do trabalhador, revisão de estruturas fabris. Além disso, o uso de água, energia, licenças ambientais também são monitorados.

Empresas irregulares são suspensas do programa e ficam inabilitadas a fornecer e negociar com os varejistas associados da entidade.

O programa monitora por meio de *check list* de mais de 170 questões, consta de diversos módulos relacionados a formalização, questões sociais, trabalhistas, *compliance*, e meio ambiente. Leva-se informação ao micro e pequeno empresário, auxiliando-os em parceria

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

com o SEBRAE, SENAI, em sua capacitação, adaptação a essas condições, consideradas, hoje, mínimas, de atendimento ao mercado.

Quanto aos resultados, são 3.749 empresas certificadas, 642 municípios em 18 estados, 379.190 trabalhadores diretos na produção e 47.249 auditorias realizadas desde 2010.

Quanto à avaliação do Programa, 88% dos varejistas diretos aprovaram o Selo ABVTEX, e 85% os terceirizados.

Salientou a participação de 114 varejistas associados, entre eles 3 representantes de hipermercado. Porém, independente do porte do varejista, sempre há relação com os micro e pequenos fornecedores.

Os desafios continuam porque 35% de tudo que se comercializa em moda no País tem alto grau de informalidade ou irregularidades.

Finalmente, agradeceu a oportunidade de mostrar o caso de sucesso de colaboração e melhoria na cadeia produtiva do segmento de moda, por meio do Programa ABVTEX.

O Senhor Milleto destacou que no âmbito do programa “Colabora Moda Sustentável” foi realizado um laboratório com um coletivo de MEIs costureiras, e agradeceu o apoio da ABVTEX. Recomenda a metodologia desenvolvida pela instituição e que seja levada para outros setores econômicos e compras públicas.

O Senhor Edmundo informou que o Programa da ABVTEX é referenciado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos para outros segmentos da economia, também nos segmentos de café, metalurgia, mineração, cera de carnaúba, higiene e limpeza etc.

O Senhor Carlos Magno indagou quantos dos varejistas associados estão no mercado externo, ao que o palestrante respondeu que são poucos, com valor agregado. O País é grande exportador de fibra de algodão.

### **ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- o SEBRAE/ CT5: divulgação de cartilha e demais informações sobre ESG.
- o FAE e ABVTEX devem compartilhar os materiais para compilar e repassar ao Fórum.
- o Enviar link da reunião para acesso dos participantes.



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC**  
**SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE**  
**SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

### REGISTRO DE REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático da Política Nacional de Desenvolvimento das MPes <b>CT07</b>
<b>COORDENADORES:</b> Coordenadores Privados - Eduardo Queiroz /OCB Coordenador Público - Henrique Reichert / Ministério da Economia
<b>LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)</b>

DATA	HORÁRIO	LOCAL
15/06/2022	16h às 18h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams

### ITEM 1 - ABERTURA

- Abertura realizada pelo Coordenador Público Sr. Henrique Reichert que cumprimentou a todos os presentes a agradeceu a participação.

### ITEM 2 – PAUTA

#### - Atualização sobre status da PNADEMPE

O Sr. Henrique disse que o documento retornou para a SPE e essa alinhou com a equipe o que era a Política. A SPE mudou o entendimento sobre a Política, porém elencou outros problemas.

A SPE questionou os atos da Política que seriam delegados para o Secretário Especial. Sugeriu excluir os artigos 8º e 9º do documento (PNADEMPE).

Consultados, nesta reunião, os participantes concordaram com a supressão dos artigos 8º e 9º do documento da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Com relação ao art. 7<sup>a</sup> a SPE entendeu que poderia causar uma dubiedade jurídica em relação as competências do Fórum frente às atribuições da Lei 123.

Foi sugerido pelo Coordenador que seja feito um ajuste no documento para constar que o Fórum Permanente tenha a função de assessoramento na Política das MPE's, devendo ficar o mais próximo possível do que está na Lei 123/2006.

Nesse sentido, sugeriu a formação de um grupo de trabalho para fazer este ajuste o mais rápido possível.

A Sra. Ariene, representante da CNI, entende que o art. 7<sup>º</sup> está correto, mas pode fazer um ajuste e se coloca à disposição para fazer essas alterações na redação do documento.

O Sr. Antônio Everton também se colocou à disposição para contribuir nos ajustes da redação.

O Sr. Henrique esclareceu ainda que esse ajuste no documento da Política foi acordado com a PGFN.

O Sr. José Hamilton de Brito, representante das empresas de Factoring, Securitização e Empresa Simples de Crédito – SINFAC, disse que a SPE é muito detalhista quanto a forma e entende o porquê das observações mencionadas pela Secretaria de Política Econômica. Disse que a Secretaria se preocupa em estar em congruência com as Leis. Sugeriu fazer uma reunião com representantes do Fórum para alinhar o entendimento de forma mais clara.

**- Discussão sobre o mapeamento dos indicadores com objetivos e eixos da Política Nacional**

O Sr. Henrique disse que o trabalho está avançando e a ideia é trabalhar no levantamento e mapeamento desses indicadores com a ferramenta Miro.

A Sra. Mariana Rodrigues disse que já tem um material pronto; deixou em aberto para outros participantes que queiram contribuir e acrescentou que deve validar o conteúdo que foi produzido com a Ariene (CNI). Citou o Miro como a plataforma ideal para trabalhar na construção de indicadores. E com isso dever monitorar, fazer o plano de ação e avaliar os resultados.

Na sequência fez uma apresentação do conteúdo, já trabalhado, com os objetivos e diretrizes da Política.

O Sr. Henrique disse que esse trabalho de mapeamento é complexo e consiste em avaliar um jogo de indicadores para obter resultados voltados para a melhoria das MPE's.

A Sra. Ariene acha que o Miro é uma ótima ferramenta para trabalhar e mapear os objetivos da Política e disse que pode agendar uma reunião para avançar nas discussões dos indicadores.

O Sr. Mário Doria (FOPEME/PR) acredita que essa Política deve ser um norte para todos os Estados e se coloca à disposição para ajudar.

A Sra. Eneila, representante da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico (SEDE/MG), disse que os representantes da sua Federação foram favoráveis à moção da Lei do Bem.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME  
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE/SEPEC  
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENA EMPRESAS/SIMPE  
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

O Sr. Sérgio Miletto também disse que a sua entidade deve se manifestar favorável a moção da Lei do Bem.

### **ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS**

- Formar grupo de trabalho juntamente com a CNI para fazer ajuste na redação do art. 7º da PNADEMPE;
- Secretaria Técnica deverá enviar e-mail para agendar a data da reunião para discutir os indicadores com a CNI;